

Avaliação Ambiental Estratégica

Relatório de avaliação e controlo (2021)

1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede

Dezembro de 2021

Siglas e acrónimos

- AAE: Avaliação Ambiental Estratégica
- APA: Agência Portuguesa do Ambiente
- CIM: Comunidade Intermunicipal
- PDMC: Plano Diretor Municipal de Cantanhede
- PO Centro: Programa Operacional Regional do Centro
- PO SEUR: Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
- QRE – Quadro de Referência Estratégico

Índice

1. Introdução.....	1
2. Diretrizes de seguimento e programa de monitorização.....	8
3. Alterações no Quadro de Referência Estratégico (QRE) e condições ou orientações adicionais	12
4. Programa de execução da 1ª revisão do PDM de Cantanhede – ponto de situação	13
5. Análise dos indicadores de seguimento e conclusões.....	15

Índice de figuras

Figura 1. Fatores Críticos para a Decisão – AAE do PDMC	7
---------------------------------------------------------------	---

Índice de tabelas

Tabela 1. Objetivos do PDMC e orientações estratégicas	1
Tabela 2. Orientações estratégicas e quadro prospetivo do PDMC	2
Tabela 3. Diretrizes para o seguimento, por Fator Crítico para Decisão	9
Tabela 4. Componentes de análise / indicadores do Programa de Monitorização	10
Tabela 5. Alterações no quadro de referência estratégico	12
Tabela 6. Ponto de situação dos projetos incluídos no programa de execução da 1ª Revisão do PDM de Cantanhede	13
Tabela 7. Situação atual dos indicadores de seguimento / monitorização	16
Tabela 8. Alinhamento de projetos implementados / em execução com os objetivos de sustentabilidade	26

1. Introdução

O presente documento constitui o Relatório de Avaliação e Controlo (referente a 2021) do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede (PDMC).

A 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede (PDMC) foi aprovada na sessão ordinária de 25 de junho de 2015 da Assembleia Municipal de Cantanhede, tendo sido publicada através do [Aviso n.º 14904/2015](#), no Diário da República, 2.ª série, n.º 248, de 21 de dezembro de 2015. Desde a sua entrada em vigor, verificaram-se alguns procedimentos de dinâmica do plano, publicitados através do:

- [Aviso n.º 4172/2016](#): correções materiais do Regulamento da 1.ª Revisão do PDM de Cantanhede
- [Aviso n.º 14826/2017](#): alteração por adaptação da 1ª revisão do PDM ao Programa de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande
- [Aviso n.º 6512/2018](#): correções materiais da Carta de Ordenamento — Zonas sujeitas a regimes de salvaguarda da 1.ª Revisão do PDM de Cantanhede
- [Aviso n.º 13153/2019](#): alteração por adaptação da 1ª Revisão do PDM de Cantanhede
- [Aviso n.º 8595/2021](#): 2ª alteração (parcial) à 1ª Revisão do PDM de Cantanhede

No âmbito do processo de revisão do PDMC, este foi sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), da qual resultou uma Declaração Ambiental, em cumprimento do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

A AAE focou-se nos objetivos da Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede e nas intenções / projetos a desenvolver no âmbito das orientações estratégicas definidas (Tabela 1 e Tabela 2).

Tabela 1. Objetivos do PDMC e orientações estratégicas

Objetivos gerais do Plano	Orientações estratégicas
<ul style="list-style-type: none">▪ A reestruturação espacial do território municipal, atendendo às diferentes dinâmicas de povoamento, de forma a evitar a fragmentação territorial e preservar a identidade concelhia▪ A proteção do ambiente e a salvaguarda do património paisagístico, histórico e cultural enquanto valores de fruição pelos munícipes e base de novas atividades económicas▪ A afirmação do concelho como espaço residencial de qualidade▪ A melhoria das condições de vida das populações mais desfavorecidas do concelho, designadamente através da salvaguarda de áreas, devidamente integradas na estrutura urbana, adequadas à satisfação de carências ao nível da rede de equipamentos e do recreio e do lazer, bem como ao nível da habitação, a custos controlados	<ul style="list-style-type: none">▪ Proteger e valorizar o património natural e paisagístico e a biodiversidade▪ Preservar e valorizar o património cultural e os recursos culturais endógenos▪ Criar uma rede de estruturas do conhecimento, do ensino, da investigação e da cultura▪ Promover uma política de ordenamento do território sustentável▪ Desenvolver uma economia competitiva, inovadora e solidária▪ Reforçar o nível de infraestruturação e melhorar o nível de atendimento

Tabela 2. Orientações estratégicas e quadro prospetivo do PDMC

Orientações estratégicas	Quadro prospetivo
Proteger e valorizar o património natural e paisagístico e a biodiversidade	Geral
	Promoção de ações de divulgação/ sensibilização sobre o património natural, alertando para a sua fragilidade e informando sobre medidas de proteção
	Defesa e salvaguarda de corredores naturais – “ <i>continuum naturale</i> ”, de forma a assegurar as ligações naturais entre a estrutura ecológica regional e local
	Implementação/acompanhamento das medidas/ações estabelecidas no POOC Ovar-Marinha Grande
	Defesa dos biótipos classificados
	Diversificação dos usos dos corredores naturais circundantes do povoamento marginal, ao longo dos cursos de água, de forma a ir ao encontro a novas solicitações no âmbito do turismo e do desporto
	Valorização do potencial da Vala da Veia (que percorre Mira e Cantanhede) para o fomento da atividade desportiva ao nível da região, através da implementação de um projeto de um campo de golfe intermunicipal de 9 buracos, podendo ser equacionada a sua extensão para 18 buracos
	Recursos hídricos
	Valorização estratégica da água, através do seu planeamento e gestão integrados e da corresponsabilização dos atores
	Erradicação das fontes de poluição dos recursos hídricos – efluentes, fertilizantes, sistemas de drenagem desadequados, etc.
	Recuperação e valorização do potencial natural e paisagístico dos principais cursos de água – Ribeira de Ançã e Vala da Veia
	Recursos geológicos
	Promoção de projetos de recuperação de áreas resultantes da extração desordenada de inertes
	Reserva Ecológica Nacional (REN)
	Proteção das zonas de cabeceiras das linhas de água e das áreas de máxima infiltração
	Defesa/manutenção dos leitos de cheia e estabilidade das margens das linhas de água
	Salvaguarda das áreas de declive acentuado, de forma a evitar perdas de solo por erosão
	Valorização do potencial paisagístico das lagoas, através da implementação, na sua proximidade, de projetos no âmbito do desporto e do recreio e lazer
	Defesa da praia (preservação da bandeira azul) e valorização do seu potencial paisagístico através da promoção de ações de entretenimento
	Defesa do sistema dunar, enquanto barreira estabilizadora do arrastamento e transposição de partículas indesejáveis vindas da praia para o interior do concelho, e salvaguarda da sua diversidade biológica
	Agricultura
	Promoção e defesa da agricultura em espaço clareira
	Promoção e criação de incentivos ao desenvolvimento de mecanismos que visem o incremento da atividade agrícola de carácter biológico

	Proteção dos solos com melhor capacidade agrícola, integrados ou não em Reserva Agrícola Nacional (RAN)
	Promoção e incentivo à utilização racional de água e de fertilizantes, nomeadamente nas culturas agrícolas anuais
	Promoção e incentivo à prática agrícola, enquanto atividade socialmente relevante e complementar do rendimento familiar, visando a preservação do equilíbrio ambiental do sistema concelhio
	Incentivo à manutenção das culturas permanentes nas zonas de declive mais acentuado, atendendo a que estas são as principais responsáveis pela minimização das perdas de solo por erosão
	Recursos florestais
	Promoção do planeamento e gestão integrados dos recursos florestais, procurando a compatibilização de aspetos como a proteção, a produção, a gestão e a comercialização, em articulação com as atividades agrícolas
	Defesa das zonas integradas em perímetro florestal/ mata nacional, de forma a combater fenómenos de erosão dos solos e de alastramento das dunas litorais
	Defesa e valorização da paisagem florestal através, nomeadamente, da definição de critérios de plantação adequados às condições edafoclimáticas locais
	Implementação de programas municipais e criação de incentivos às populações com vista à manutenção e limpeza das áreas florestais, de forma a prevenir incêndios e respetivos danos humanos e patrimoniais
	Implementação de um modelo que fomente a produção de produtos florestais como madeira e resina e que salvaguarde a sua degradação
Preservar e valorizar o património cultural e os recursos culturais endógenos	Elaboração, em parceria multimunicipal, de roteiro cultural – indissociável do roteiro turístico
	Promoção e valorização das tradições gastronómicas e etnográficas, a integrar em roteiro turístico
	Recuperação e valorização do património coletivo como os fornos de cal e as azenhas/moinhos através da sua integração em projetos culturais e turísticos
	Criação e recuperação de espaços/núcleos museológicos, como por exemplo o da zona da Criação, procurando integrá-los em programas de investigação e divulgação científica e tecnológica
	Promoção de programas de divulgação do património cultural, nomeadamente, através de ações lúdico-pedagógicas
	Promoção de produtos culturais inovadores associados às especificidades locais
	Modernização das festas populares locais, de forma a abranger vários segmentos populacionais
	Incentivo à promoção/divulgação de eventos culturais, por parte das empresas do concelho, negociada aquando da sua instalação no concelho
	Criação de um gabinete cultural municipal responsável pela gestão e coordenação de eventos culturais no concelho, promovidos em parceria entre o município e as associações culturais e recreativas
	Desenvolvimento de programas de intercâmbio cultural, no âmbito do protocolo de geminação com Alfortville
Criar uma rede de estruturas do	Implementação de um centro de investigação literária, designadamente no domínio da literatura sobre a gândara, na sequência da celebração do protocolo de colaboração com a Comissão de Coordenação Regional Centro, no âmbito da “Rota dos Escritores”
	Desenvolvimento de projetos de investigação, com base em parcerias estratégicas com universidades (Aveiro e Coimbra)

conhecimento, do ensino, da investigação e da cultura	Desenvolvimento de projetos no domínio “do conhecimento” em torno das especificidades culturais, integrando os conhecimentos tradicionais (com a cooperação e o apoio da população idosa), e os conhecimentos tecnológicos (com a participação da população jovem), com o objetivo de fomentar a sua aplicação em processos inovadores de manufatura e comercialização
	Criação de um centro de formação profissional orientado para as necessidades do concelho, que funcione em interação com a Escola Técnica e Profissional de Cantanhede e o Beira Atlântico Parque – Parque Tecnológico e Cultural de Cantanhede
	Promoção/divulgação das tecnologias de informação e comunicação junto da população
	Aposta em estruturas culturais polivalentes ao nível das pequenas aglomerações
	Desenvolvimento de programas/projetos de intercâmbio escolar, no âmbito do protocolo de gemação com Alfortville
Promover uma política de ordenamento do território sustentável	Aposta em planos operativos de escala intermédia (estudo de pormenor/estudo de conjunto/estudo de quarteirão/estudo urbanístico/plano de alinhamentos e cêrceas, etc.), nomeadamente, em áreas degradadas e em áreas cuja expansão esteja programada
	Conclusão de instrumentos de gestão territorial em elaboração e implementação dos já publicados
	Reforço e valorização do papel da sede de concelho - a cidade de Cantanhede, como principal centro de bens e serviços de nível concelhio
	Reforço e valorização dos centros urbanos de 2º nível, as vilas de Ançã, Tocha e Febres, enquanto centros de concentração de bens e serviços de proximidade
	Qualificação e valorização do espaço urbano como elemento dominante da dinâmica social e económica, assente numa forte componente ambiental e cultural
	Valorização dos espaços públicos das áreas de nucleação primária, enquanto reflexo da memória coletiva
	Combate do despovoamento/abandono de freguesias de características mais rurais através da consolidação de serviços e bens de primeira necessidade, capazes de fixar a população; da criação de áreas, na transição entre o espaço urbano e o espaço rural, para a instalação de atividades “complementares” tais como pequenas oficinas, armazéns e atividades de transformação agroflorestal e agrícolas, e da localização de equipamentos desportivos, nas áreas livres do tecido urbano, reforçando desta forma alguns polos, já existentes, geradores de centralidades
	Implementação de equipamentos sociais de apoio aos tempos livres da população escolar e de equipamentos de apoio à população idosa
	Combate da ocupação extensiva do território e estímulo à concentração urbana, através de mecanismos como a redefinição dos conceitos de unidades de exploração agrícola e florestal, atendendo aos elevados custos de extensão de infraestruturas e à preservação dos recursos naturais
	Criação de percursos pedonais e cicláveis de interesse local, turístico, recreativo ou desportivo
	Construção de variantes aos principais centros urbanos, atendendo à minimização de impactes resultantes da sua localização, e visando a qualificação do atravessamento local, de forma a garantir maior segurança, nomeadamente das áreas de nucleação primária
	Modernização dos eixos viários existentes
	Criação de uma rede de transportes coletivos urbanos eco eficiente, visando a compatibilização de horários entre os serviços e os utilizadores
Criação de um sistema de sinalética informativa integrado	
Ação Social	Desenvolvimento de projetos sociais integrados no projeto “Colmeia” – Banco de Recursos de Cantanhede”;

Desenvolver uma economia competitiva, inovadora e solidária	Aposta na formação da população residente e integração no mercado de trabalho concelhio
	Promoção dos associativismos locais
	Turismo
	Elaboração de roteiro turístico, de âmbito multimunicipal, indissociável do roteiro cultural
	Promoção de uma “marca territorial” de qualidade, de notoriedade, integrada e de forte conectividade ambiental e cultural
	Apoio ao desenvolvimento do turismo em solo rural, nas suas vertentes de turismo de habitação, turismo rural, agroturismo e turismo de aldeia, promovendo (de preferência) a recuperação de imóveis em propriedade rurais em atividade
	Implementação de programas de dinamização e recuperação das pequenas aglomerações localizadas nas margens dos cursos de água através de projetos turísticos de “casas de aldeia”
	Dinamização e promoção da “Rota dos Vinhos” e da “Rota da Pedra”, enquanto roteiros turísticos de âmbito regional
	Incentivo ao desenvolvimento da restauração, tendo como referência de divulgação o restaurante “Marquês de Marialva”, conhecido a nível nacional
	Divulgação regional (plano interativo com outras áreas com a mesma arquitetura – Figueira da Foz e Mira) e apoio à recuperação dos Palheiros da Tocha, enquanto referência de arquitetura popular regional e enquanto símbolo da praia da Tocha
	Promoção e divulgação do parque de campismo da praia da Tocha
	Promoção e divulgação de programas equestres em colaboração com o Centro Equestre de S. Caetano
	Implementação de um projeto de um campo de golfe 100 ha (18 buracos), com moradias afetas ao investimento, a localizar no eixo Febres-Pocariça
	Habitação
	Implementação de programas/mecanismos reguladores do mercado
	Promoção/produção de habitação de custos controlados
	Apoio na recuperação do património habitacional degradado
	Incentivo a políticas de arrendamento
	Indústria:
	Apoio a indústrias de elevado valor acrescentado
	Aferição da necessidade de zonas de expansão industrial, a localizar (caso seja necessário) nas imediações das Zonas Industriais existentes de Murtede, Bairrada, Febres e Cantanhede
	Redefinição das áreas de extração das indústrias existentes e aferição de áreas de expansão necessárias, atendendo à minimização de impactes ambientais e à salvaguarda dos recursos naturais
	Aposta em parcerias estratégicas, designadamente com universidades, desenvolvendo produtos inovadores de base tecnológica
Incentivo à formação dos quadros técnicos e estabelecimento de condições de fixação dos quadros técnicos superiores no concelho	

	Serviços e comércio
	Promoção do comércio local nas áreas de nucleação primária, enquanto polo dinamizador
	Sensibilização dos serviços e comércio local para a flexibilização de horários, para a prestação de serviços personalizados, como a entrega ao domicílio, e para a apresentação de produtos/serviços diferenciados, a preços competitivos, fazendo face à concorrência dos espaços comerciais localizados nos centros urbanos próximos
	Incentivo à produção e comercialização de produtos gastronómicos e artesanais tradicionais, com base em estratégias de mercado
	Aposta em estruturas polivalentes de serviços, nomeadamente ao nível das pequenas aglomerações
	Implementação do Beira Atlântico Parque – Parque Tecnológico e Cultural de Cantanhede, um polo de dinamização empresarial concebido para albergar empresas de acentuada base tecnológica, com vista à qualificação da estrutura produtiva e ao aumento da competitividade empresarial
Reforçar o nível de infraestruturização e melhorar o nível de atendimento	Concentração dos sistemas de gestão, exploração e manutenção das infraestruturas urbanas num único serviço municipal – INOVA
	Controle da existência de captações de água na envolvente da captação pública de Olhos de Fervença
	Manutenção do processo de recolha seletiva e incentivo das empresas na adoção de processos de reciclagem no tratamento dos resíduos sólidos
	Fiscalização do tratamento dos efluentes líquidos industriais
	Desenvolvimento da Carta de Ruído, visando a prevenção e a minimização da exposição da população a níveis de ruído elevados
	Instituição de mecanismos que vise a aplicação do princípio do utilizador-pagador
	Integração nos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Baixo Mondego e Bairrada, e da SIMRIA, do Baixo-Vouga
	Ampliação das redes de abastecimento de água e de saneamento em todo o concelho
	Instalação da rede de drenagem de águas pluviais nos aglomerados urbanos, sendo prioritária a sua ampliação na cidade de Cantanhede e a sua construção nas vilas de Febres, Tocha e Ançã
	Implementação de plano de redução e de controle de perdas de água nos edifícios e espaços públicos
Erradicação de sistemas de drenagem provisórios	

Da análise e cruzamento do Quadro de Referência Estratégico (QRE), Questões Estratégicas e Fatores da Legislação resultou a definição dos Fatores Críticos para a Decisão (Figura 1), cuja avaliação permitiu verificar a situação existente e tendencial (sem a aplicação do Plano) e as oportunidades e riscos (com a aplicação do Plano).



Figura 1. Fatores Críticos para a Decisão – AAE do PDMC

Este processo de análise e avaliação dos FCD permitiu estabelecer um conjunto de diretrizes para o seguimento e indicadores que devem ser objeto de verificação periódica, no decorrer da implementação do Plano, em cumprimento do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, que refere que “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos” e que define uma periodicidade mínima anual para a realização do controlo.

Neste contexto, o presente documento constitui o Relatório de Avaliação e Controlo (referente a 2021) do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede (PDMC).

O relatório que agora se apresenta foca-se na análise da evolução dos indicadores previstos no ponto “v) As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º” da Declaração Ambiental. Tem, ainda, em consideração as orientações constantes da Norma Técnica ([NT.AAE.2/2020](#)) da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), referente à “fase de avaliação e controlo em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas” e o “[Guia de Melhores Práticas para AAE](#)”, que indica que num programa de seguimento podem considerar-se as seguintes tarefas, que deverão ser vertidas no conteúdo dos Relatórios de Avaliação e Controlo:

- Desenvolver, ou rever, diretrizes de seguimento (planeamento, gestão e monitorização)
- Averiguar a eficiência do quadro de governança e de quaisquer alterações institucionais
- Verificar alterações no Quadro de Referência Estratégico (QRE) e condições ou orientações adicionais
- Investigar incertezas e acontecimentos inesperados
- Verificar a adequação dos indicadores de monitorização
- Analisar os indicadores de seguimento selecionados (de preferência não mais de 20)
- Confirmar a eficiência da AAE – qual foi o valor acrescentado da AAE para a decisão, para o ambiente e para os progressos em direção à sustentabilidade

O Relatório de avaliação e controlo (2021) encontra-se organizado da seguinte forma:

- Diretrizes de seguimento e programa de monitorização: resumo das diretrizes e conjunto de indicadores a monitorizar, propostos na Declaração Ambiental
- Alterações no Quadro de Referência Estratégico (QRE) e condições ou orientações adicionais: atualização dos documentos a integrar no QRE de futuros procedimentos de AAE a desenvolver à escala municipal
- Análise dos indicadores de seguimento e conclusões: seleção e análise dos indicadores mais pertinentes para aferir a evolução do território e o alcance das metas definidas

2. Diretrizes de seguimento e programa de monitorização

No âmbito da AAE da Revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede analisaram-se os objetivos do Plano; a interação das Questões Estratégicas do Plano com o Quadro de Referência Estratégico (QRE) e definiram-se os Fatores Críticos para a Decisão que, posteriormente, foram analisados, através da verificação da situação existente e tendencial (isto é, sem a aplicação do Plano) e da avaliação das oportunidades e riscos (com a aplicação do Plano). Este processo de análise e avaliação permitiu estabelecer um conjunto de diretrizes para o seguimento (Tabela 3) que devem ser objeto de verificação / monitorização, no sentido de se proceder à identificação e oportuna correção de eventuais efeitos negativos no ambiente que possam resultar da execução do Plano.

Em sede do Relatório Ambiental / Declaração Ambiental foi igualmente proposto um conjunto de componentes de análise / indicadores (Tabela 4) considerados pertinentes para a fase de implementação do Plano, a fim de garantir o cumprimento das diretrizes de seguimento definidas para a monitorização, para que este apresente um contributo efetivo ao nível do ambiente e da sustentabilidade.

Os resultados da monitorização destes indicadores são apresentados no ponto 5 do presente relatório, com algumas adaptações / ajustes decorrentes da disponibilidade de dados para os indicadores definidos, bem como da seleção daqueles mais pertinentes e representativos da evolução ocorrida no concelho (tendo presentes a norma técnica da APA / Guia de melhores práticas para a AAE, que sugere que a análise dos indicadores deve ser feita, preferencialmente, a não mais de 20).

Tabela 3. Diretrizes para o seguimento, por Fator Crítico para Decisão

Fatores Críticos para Decisão	Diretrizes para o seguimento
Emprego e qualificação humana	<ul style="list-style-type: none"> ■ Incentivar a fixação de população jovem ■ Monitorizar a criação de emprego por fileira produtiva ■ Monitorizar a proporção de população residente a trabalhar nos estabelecimentos sedeados no município ■ Monitorizar a taxa de constituição/dissolução de empresas ■ Monitorizar as taxas de atividade e de desemprego, por género ■ Monitorizar o volume global de negócios das empresas sedeadas ■ Monitorizar os níveis de qualificação académica e profissional da população residente ■ Promover a integração socioprofissional da população local na implantação das atividades económicas/industriais ■ Assegurar o desenvolvimento de programas de formação ■ Promover atividades económicas, diversificar, complementar e modernizar a base produtiva numa perspetiva de sustentabilidade
Dinâmica territorial	<ul style="list-style-type: none"> ■ Monitorizar a dinâmica demográfica das várias freguesias concelhias ■ Criar incentivos à fixação de população jovem no município ■ Monitorizar os efeitos da política de ordenamento, planeamento e gestão do território na dinâmica populacional e na ocupação e uso do solo ■ Promover a proteção e preservação dos recursos naturais no concelho ■ Monitorizar o uso do solo nas áreas mais sensíveis como Rede Natura 2000 e componentes biofísicas como a RAN e REN ■ Assegurar que a implantação de infraestruturas é compatibilizada com as áreas ecologicamente sensíveis, ou de reconhecido valor paisagístico e patrimonial, com as áreas mais densamente povoadas ■ Monitorizar a integração das orientações estratégicas nacionais e regionais nas políticas, planos e programas municipais
Riscos	<ul style="list-style-type: none"> ■ Promover ações de sensibilização relativas à preservação e proteção do espaço florestal ■ Avaliar e monitorizar os fogos florestais, bem como assegurar a implementação de medidas de vigilância e reflorestação de áreas ardidas ■ Avaliar a eficácia das medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais definidas pelo PMDFCI ■ Proceder ao levantamento das atividades que possam induzir, potenciar os riscos decorrentes das suas atividades, nomeadamente ter atenção a relação entre ventos dominantes e zonas urbanas ■ Levantar as instalações agropecuárias e aferição dos seus mecanismos de tratamento de resíduos e efluentes ■ Aferir as zonas inundáveis em solo urbano, refletindo o número de ocupações efetuadas ou a área impermeabilizada em consequência da ocupação
Valorização ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ■ Continuar a promoção e desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental para toda a população ■ Monitorizar e promover a melhoria contínua dos sistemas gestão e abastecimento de águas, bem como dos sistemas de gestão de drenagem e tratamento de águas residuais ■ Diminuir as perdas de água no sistema de abastecimento público, através da substituição de condutas em deficiente estado de conservação ■ Dinamizar a promoção do património (natural, paisagístico, cultural e endógeno) ■ Promover a proteção e preservação dos recursos naturais no concelho ■ Cumprir as metas estabelecidas nos programas e planos sectoriais

Tabela 4. Componentes de análise / indicadores do Programa de Monitorização

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Componente de análise/Indicador	Unidade de medida	Meta em documento estratégico	Valor base no município	Ano do valor base	Periodicidade
Emprego e qualificação humana	Promover emprego qualificado no concelho	Taxa de atividade	%	Aumento	48,6	2011	Anual
		Evolução do emprego por ramo de atividades	N.º	Aumento	---	2010	Anual
		Evolução dos estabelecimentos instalados por ramo de atividade	N.º	Aumento	4.136	2010	Anual
		Qualificações académicas da população residente	%	Diminuição de “nenhum nível de ensino”	21,8	2011	Anual
		Evolução do emprego qualificado na RCT	N.º	Aumento	187	2013	Anual
		Taxa de desemprego	%	Diminuir	8,1	2011	Anual
Dinâmica territorial	Promover a gestão territorial e fixação da população no município	Concretização de solo urbanizado e de edificação	%	---	---	---	Anual
		Evolução da população residente	N.º	Aumentar	36.595	2011	Anual
Qualidade ambiental	Melhoria/manutenção da qualidade dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de saneamento de águas residuais	População servida por sistemas de abastecimento de água	%	Manter ou aumentar: 95 (PEAASAR)	100	2013	Anual
		Perdas de água no sistema de abastecimento público	%	Diminuir: PNA:30% (2012), 15% (2020)	37,6	2013	Anual
		Percentagem do número total de análises realizadas à água para consumo público, cujos resultados estejam em conformidade com a legislação	%	Manter ou aumentar: 99 (PEAASAR)	99,87	2012	Anual
		Percentagem da população equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descarga de acordo com a licença	%	80 (PEAASAR)	---	---	Anual
		Percentagem de reutilização de águas residuais tratadas (preferencialmente discriminada por usos)	%	10 (PEAASAR)	---	---	Anual
		Percentagem de águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem	%	20 (PEAASAR)	---	---	Anual
		População servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais	%	Aumentar 90 (PEAASAR)	96	2013	Anual
	Proteção dos recursos hídricos subterrâneos	Qualidade da água subterrânea e superficial	Excelente, boa, razoável,	Melhorar	---	2011	Anual

	e superficiais do concelho		má, muito má				
		Pontos de monitorização da qualidade da água superficial no município	N.º	Aumentar	1	2011	Anual
		Consumo de água por habitante	l/hab/dia	Diminui ou manter	197	2013	Anual
	Redução da produção de resíduos e consequente valorização dos resíduos produzidos	Produção de Resíduos Sólidos Urbanos	kg/hab/ano	Redução 1,4% capitação diária, em 2016, relativamente a 2007 (PERSU II)	339	2013	Anual
		Percentagem de resíduos encaminhados para a recolha seletiva	%	Aumentar	19,8	2013	Anual
		Percentagem de resíduos encaminhados para valorização	%	Aumentar	19,8	2013	Anual
	Educação ambiental	Capitação dos espaços verdes no município	%	Aumentar	73,5	2014	Anual
Evolução do número de participantes em projetos de educação ambiental		N.º	Aumentar	---	---	Anual	
Riscos	Gestão de áreas industriais e a redução da vulnerabilidade de pessoas e bens	Levantamento de áreas de atividade industrial	N.º	Manter ou reduzir	4	2014	Anual
		Monitorização de acidentes decorrentes de atividade industrial	N.º	Manter	0	2014	Anual
		Medidas implementadas dos planos de proteção e gestão de riscos	---	---	---	---	Anual
	Gestão de risco inundações em solo urbano	Zona inundável em solo urbano	ha	Manter ou reduzir	854	2014	Anual
		Área edificada e/ou impermeabilizada em zonas de risco e inundação	ha	---	---	---	Anual
		Edifícios expostos ao risco inundação	N.º	---	---	---	Anual
		Medidas adotadas com vista à prevenção e minimização do risco de cheias ou inundação	N.º e tipo de medidas	---	---	---	Anual
	Gestão de áreas de exploração pecuária	N.º explorações/área de pecuárias no município	---	---	---	---	Anual
		N.º explorações pecuárias com sistema de tratamento de resíduos	---	---	---	---	Anual
	Preservação e proteção do espaço florestal	Monitorização de área ardida no município	ha	Diminuir	165,9	2012	Anual
		Medidas implementadas dos planos de proteção e gestão de riscos	---	---	---	---	Anual
Governança	Avaliar a aderência e satisfação da população aos processos de governança	Grau de satisfação da população aos serviços públicos prestados	%	---	---	---	Anual
		Grau de adesão da população às campanhas de sensibilização e processos participativos	%	---	---	---	Anual

3. Alterações no Quadro de Referência Estratégico (QRE) e condições ou orientações adicionais

Nos últimos anos, ocorreram algumas alterações no quadro legal do ordenamento do território e em estratégias de âmbito nacional / regional que importa identificar, uma vez que sustentaram o Quadro de Referência Estratégico (QRE) da revisão do PDMC e que deverão integrar o novo QRE a assumir em futuros procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica a desenvolver à escala municipal.

A Tabela 5 sumariza o QRE da revisão do PDMC e o QRE à data da realização do presente relatório.

Tabela 5. Alterações no quadro de referência estratégico

Quadro de referência estratégico - 2015	Quadro de referência estratégico - 2021
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) – RCM nº 86/2007	Estratégia Portugal 2030 – RCM nº 99/2020
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS) – RCM n.º 109/2007	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS) – RCM n.º 109/2007
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB) – RCM n.º 152/2001	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030) – RCM nº 55/2018
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) – Lei nº 58/2007	Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território – Lei nº 99/2019, de 5 de setembro
Plano Nacional Água (PNA) – Decreto-Lei nº 112/2002, de 17 de abril	Plano Nacional Água (PNA) - Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) – RCM nº 56/2015	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) – RCM n.º 130/2019
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI) – RCM nº 61º72015	Programa Nacional de Investimentos 2030 - Resolução da Assembleia da República n.º 154/2019
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) - Despacho n.º 4385/2015	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) - Despacho n.º 4385/2015
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) – RCM nº 113/2005	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) – RCM nº 113/2005
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI) – Despacho nº 8277/2007	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 (ENEAPAI) – em consulta pública
Plano Regional de Ordenamento do Território Centro (PROT-Centro)	Plano Regional de Ordenamento do Território Centro (PROT-Centro)
Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 – Mais Centro (POR-Centro)	Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 – Centro 2020 (POR-Centro)
Plano Regional de Ordenamento Florestal Centro Litoral (PROF-Centro Litoral) – Decreto Regulamentar nº 11/2006, de 21 de julho	Plano Regional de Ordenamento Florestal Centro Litoral (PROF-Centro Litoral) - Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) – RCM nº 115-A/2008	Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) – RCM nº 115-A/2008
Plano da Bacia Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-B/2013	Plano da Bacia Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-B/2013
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POOC Ovar-Marinha Grande) – RCM nº 142/2000	Programa para a Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POOC Ovar-Marinha Grande) – RCM nº 112/2017
Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Cantanhede (PMEPCC)	Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Cantanhede (PMEPCC)
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Cantanhede (PMDFCI Cantanhede)	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Cantanhede (PMDFCI Cantanhede) – Edital n.º 439/2019 PDMFCI 2019-2028

4. Programa de execução da 1ª revisão do PDM de Cantanhede – ponto de situação

O quadro programático da 1ª Revisão do PDMC previu iniciativas municipais, com atuação em quatro domínios:

- Ordenamento do território – com a elaboração de PMOT a escala inferior;
- Conservação da natureza e proteção do ambiente – com intervenções na rede hidrográfica e da floresta;
- Infraestruturação e equipamentos de uso coletivo – com intervenções na rede de acessibilidades local, infraestruturação básica e equipamentos coletivos de apoio à população;
- Atividade económica – com infraestruturação de espaços de acolhimento empresarial, como medida de estímulo à atividade económica.

A Tabela 6 apresenta o ponto de situação dos projetos incluídos no programa de execução da 1ª Revisão do PDM de Cantanhede, à data da realização do presente relatório, sendo de destacar o elevado grau de execução do programa. Do total de 57 projetos, quase metade encontram-se concluídos (27 projetos / 47,4%); cerca de 39% encontram-se parcialmente concluídos (22 projetos) e apenas 14% (8 projetos) ainda não foram executados / iniciados. De referir ainda que os diversos projetos parcialmente concluídos correspondem a intervenções que são implementadas de forma contínua, de acordo com as necessidades (reabilitação urbana, arranjos urbanísticos, infraestruturas...).

Tabela 6. Ponto de situação dos projetos incluídos no programa de execução da 1ª Revisão do PDM de Cantanhede

Temática	Projeto	Ponto de situação	
Ordenamento do território	Parque Urbano da Quinta de São Mateus – Empr.	Concluído	
	Parque Urbano da Quinta de São Mateus – AD		
	Infraestruturas da Zona P.P. Urb. Cantanhede – Empr.	Parcialmente concluído / em contínuo / execução de acordo com as necessidades	
	Infraestruturas da Zona P.P. Urb. Cantanhede – AD		
	Arranjos urbanísticos na Praia da Tocha – Empr.		
	Arranjos urbanísticos na Praia da Tocha – AD		
	Arranjo urbanístico de rotundas da cidade de Cantanhede – Empr		
	Arranjo urbanístico de rotundas da cidade de Cantanhede – AD		
	Infraestruturas urbanísticas na Praia da Tocha – Empr.		
	Requalificação urbana do concelho – Empr.		
	Estudos de Impacte Ambiental do PP ZI Tocha		Não realizado
	Estudos de Impacte Ambiental Loteamento do ZI Febres		
	Estudos de Impacte Ambiental Loteamento da ZI de Ançã		
	Infraestruturas urbanísticas em Cantanhede – Empr.	Parcialmente concluído / em contínuo / execução de acordo com as necessidades	
	Infraestruturas urbanísticas em Cantanhede – AD		
	Requalificação urbana do Quintal da Fonte de Ançã – Empr.	Concluído	
	Requalificação urbana do Quintal da Fonte de Ançã – AD		
	Requalificação da zona envolvente à nascente dos Olhos da Ferverça	Parcialmente concluído / em contínuo / execução de acordo com as necessidades	
	Requalificação urbana de Ançã – projeto		
	Requalificação urbana de Ançã – Empr.		
Requalificação urbana de Ançã – AD			
Requalificação do alinhamento do gaveto do Largo Cândido dos Reis – aquisição de edifícios/terrenos	Concluído		
Requalificação do alinhamento do gaveto do Largo Cândido dos Reis – Empr.			

	Requalificação do alinhamento do gaveto do Largo Cândido dos Reis – AD		
	Elaboração de Avaliações Ambientais Estratégicas de PMOT		
	Requalificação dos Moinhos de Taboeira – Empr.		
	Requalificação dos Moinhos de Taboeira – AD		
Proteção do ambiente e conservação da natureza	Limpeza e valorização de linhas de água	Parcialmente concluído / em contínuo / execução de acordo com as necessidades	
	Proteção da floresta		
	Arranjos paisagísticos no concelho	Concluído	
	Requalificação da Ribeira da Varziela		
Equipamentos de uso coletivo	Limpeza e valorização ambiental de lagoas	Concluído	
	Conservação/beneficiação da Casa da Cultura		
	Conservação/beneficiação do edifício da Biblioteca Municipal		Não realizado
	Conservação/beneficiação do Museu da Pedra		Concluído
	Estudos arqueológicos		Não realizado
	Parque Desportivo de Febres – Leasing Imobiliário		Concluído
	Parque Desportivo da Tocha (Empr.+AD)		
	Construção da Piscina na freguesia da Tocha		Não realizado
	Construção da ciclovía externa à cidade de Cantanhede		Concluído
	Construção de infraestruturas, desportivas, recreativas e de lazer nas freguesias		
	Construção do Parque de Lazer das Setes Fontes		
	Parque Desportivo de Ançã		
	Construção do Pavilhão Desportivo de Febres		
	Construção/beneficiação da ciclovía Cantanhede/Tocha		
	Construção do Centro Educativo de Cantanhede		Concluído
	Revisão da Carta Educativa		
Remodelação da Unidade de Saúde Familiar as Gândaras	Concluído		
Rede viária	Variante Sul de Cantanhede (EN335/EN234-1)	Não realizado	
	Requalificação da rede viária do concelho	Parcialmente concluído / em contínuo / execução de acordo com as necessidades	
	Construção ER 335-1: Via Regional Cantanhede – IC1/Tocha	Parcialmente concluído (falta 3ª fase)	
	Variante a Portunhos (Poente)	Concluído	
Remodelação e beneficiação do Núcleo Piscatório da Praia da Tocha			
Atividades económicas	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede – ampliação	Concluído	
	Infraestruturas da Zona Industrial da Tocha		
	Infraestruturas da Zona Industrial da Febres	Parcialmente concluído / em contínuo / execução de acordo com as necessidades	
	Infraestruturas do Núcleo Industrial de Murtede		

5. Análise dos indicadores de seguimento e conclusões

A avaliação e controlo dos critérios e objetivos de sustentabilidade definidos na AAE / Declaração Ambiental são essenciais para suportar os processos de decisão estratégica, assegurando a integração das questões de ambiente e sustentabilidade nos mesmos. Este acompanhamento permite ainda ajustar as ações adotadas, de forma a minimizar os impactos negativos e potenciar os positivos.

A partir da proposta de indicadores de monitorização integrada no Relatório Ambiental e Declaração Ambiental (elencados no capítulo 2 do presente documento), apresenta-se agora o seu ponto de situação, tendo sido selecionados os indicadores que melhor demonstram a trajetória do concelho desde o início da implementação da 1ª revisão do PDMC. Em traços gerais, tal como sugerido no “Guia de melhores práticas para a AAE”, da APA, verificou-se a adequação dos indicadores e procedeu-se a ajustes no quadro de monitorização (em parte, decorrentes da disponibilidade de dados estatísticos atualizados e desagregados à escala local), incluindo a integração de alguns indicadores considerados pertinentes para uma análise mais precisa dos objetivos de sustentabilidade e para aferir a evolução e transformações ocorridas no território no período de implementação do Plano.

Deste exercício resulta um conjunto de 26 indicadores (considerando apenas aqueles para os quais foi possível obter dados atualizados e aferir o alcance da meta). Apresenta-se, de seguida (Tabela 7), uma análise da sumária dos valores apurados para aos critérios e indicadores definidos, que são assumidos neste relatório como os valores/dados de referência da situação atual. Considera-se, ainda, pertinente manter o conjunto de indicadores em futuros exercícios de avaliação e controlo, visando promover um acompanhamento sistemático da execução do PDMC sob o ponto de vista das condições ambientais e de sustentabilidade do território e detetar as tendências de evolução ao longo de todo o prazo de execução do Plano.

Os resultados de monitorização dos indicadores destacam as seguintes conclusões:

- Alcance das metas / cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos durante a elaboração da AAE na maioria dos indicadores.
- Implementação de projetos com efeitos positivos sobre o ambiente e com contributos importantes para o alcance das metas definidas para os objetivos de sustentabilidade (Tabela 8), tirando partido dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), em particular na gestão eficiente de recursos e na qualidade ambiental (ciclo urbano da água, resíduos, valorização de recursos naturais, etc.), ou de outras fontes de financiamento, promovidos pelo Município, pela INOVA, EM ou em parceria com outras entidades (CIM da Região de Coimbra).
- Incumprimento de algumas metas em indicadores de domínios cuja evolução resulta de macrotendências, transversais a diversas escalas territoriais, como a dinâmica demográfica / evolução populacional (tal como ocorreu em Cantanhede, todos os concelhos da Região de Coimbra registaram um decréscimo populacional, entre 2011 e 2021), ou em domínios nos quais se verifica um algum grau de incerteza, como é o caso dos riscos tecnológicos ou naturais. Neste último, no que diz respeito a fogos florestais, embora a superfície ardida em 2020 seja significativamente inferior a 2012, o ano do valor base (10 ha face a 166 ha), importa referir que o concelho foi afetado pelos grandes incêndios de 2017, o que resultou numa superfície total ardida de 3.496 ha, fenómeno com efeito significativo no ambiente (impacto negativo que não tinha sido previsto em sede de AAE). Contudo, após estes eventos, visando mitigar os seus impactos negativos e os riscos subsequentes, foram implementadas medidas de estabilização de emergência nas zonas afetadas pelos incêndios (projetos de estabilização de emergência, com o apoio do PDR 2020).

Tabela 7. Situação atual dos indicadores de seguimento / monitorização¹

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Componente de análise/indicador	Unidade de medida	Meta em documento estratégico	Valor base no município	Ano do valor base	Valor atual do município	Fonte / ano a que se referem dos valores mais recentes	Evolução	Alcance da meta
Emprego e qualificação humana	Promover emprego qualificado no concelho	Taxa de atividade	%	Aumento	48,6	2011	s.i.	INE, Inquérito ao emprego; 3º trimestre de 2021	Sem informação desagregada à escala municipal para aferir a evolução. Aumento da taxa de atividade na Região Centro (NUTS II), entre o 3º trimestre de 2011 (54,9%) e o 3º trimestre de 2021 (58,4%).	s.i.
		Pessoal ao serviço das empresas, por setor de atividade (CAE, rev3)	N.º	Aumento	10.510	2010	11.941	INE, Sistema de contas integradas das empresas; 2019	Aumento de 13,6% no número de pessoas ao serviço das empresas, entre 2010 e 2019.	Sim
		Empresas, por setor de atividade (CAE, rev3)	N.º	Aumento	4.136	2010	5.087	INE, Sistema de contas integradas das empresas; 2019	Aumento de 23% do número de empresas, entre 2010 e 2019.	Sim
		População residente, por nível de escolaridade mais elevado completo	%	Diminuição de “nenhum nível de ensino”	21,8	2011	s.i.	s.i.	Sem informação disponível para aferir a evolução (os resultados preliminares dos Censos de 2021 ainda não apresentam informação sobre este indicador).	s.i.
		Taxa de desemprego	%	Diminuir	8,1	2011	s.i.	INE, Inquérito ao emprego; 3º trimestre de 2021	Sem informação desagregada à escala municipal para aferir a evolução. Diminuição da taxa de desemprego na Região Centro (NUTS II), entre o 3º trimestre de 2011 (10,4%) e o 3º trimestre de 2021 (5,3%).	s.i.
Dinâmica territorial	Promover a gestão territorial e fixação da	Edifícios	Nº	---	18.695	2011	18.779	INE, Recenseamento da população e habitação, 2021	Acréscimo de 0,4% no número de edifícios no concelho. Embora não tenha sido definida uma meta para o presente	Sim

¹ Valor base no município – corresponde ao valor que foi assumido como valor de referência na Declaração Ambiental

Ano do valor base – corresponde ao ano que foi assumido como valor de referência na Declaração Ambiental

Valor atual do município – corresponde ao valor referente ao ano de realização do Relatório de Avaliação e Controlo (valor obtido à data da realização do Relatório de Avaliação e Controlo; dados mais recentes disponíveis)

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Componente de análise/indicador	Unidade de medida	Meta em documento estratégico	Valor base no município	Ano do valor base	Valor atual do município	Fonte / ano a que se referem dos valores mais recentes	Evolução	Alcance da meta
	população no município							(resultados preliminares)	indicador, considera-se que o objetivo de sustentabilidade foi cumprido uma vez que a evolução da edificação traduz uma dinâmica positiva.	
		Edifícios concluídos, por tipo de obra	N.º	---	116	2015	86	INE, Estatísticas das obras concluídas, 2020	<p>Entre 2015 e 2020, foram concluídas 676 obras de edificação (459 – construção nova; 212 – ampliação; 4 – alteração; 1 reconstrução). Por ano, apresenta-se a seguinte distribuição:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2015: 116 (72 – construção nova; 43 – ampliação; 1 alteração) • 2016: 101 (74 – construção nova; 27 – ampliação) • 2017: 128 (94 – construção nova; 33 – ampliação; 1 alteração) • 2018: 112 (74 – construção nova; 38 – ampliação) • 2019: 133 (88 – construção nova; 42 – ampliação; 2 alteração; 1 reconstrução) • 2020: 86 (57- construção nova; 29 – ampliação) <p>Embora não tenha sido definida uma meta para o presente indicador, considera-se que o objetivo de sustentabilidade foi cumprido uma vez que a evolução traduz a dinâmica da edificação no concelho e da gestão territorial. Neste domínio, para além dos PMOT em vigor, destaca-se ainda a política municipal de reabilitação urbana, promovida através da aprovação da:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ARU / ORU sistemática da Cidade de Cantanhede (66 ha) 	Sim

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Componente de análise/indicador	Unidade de medida	Meta em documento estratégico	Valor base no município	Ano do valor base	Valor atual do município	Fonte / ano a que se referem dos valores mais recentes	Evolução	Alcance da meta
									<ul style="list-style-type: none"> • ARU de Ançã (79,3 ha) • ARU de Febres (182 ha) • ARU da Tocha (486 ha) • ARU da Praia da Tocha (50,4 ha) 	
		Evolução da população residente	N.º	Aumentar	36.595	2011	34.218	INE, Recenseamento da população e habitação, 2021 (resultados preliminares)	Decréscimo populacional de 6,5% entre 2011 e 2021, à semelhança de outras escalas territoriais de análise. A nível nacional, verificou-se um decréscimo de 2%, enquanto na Região Centro (NUTS II) e na Região de Coimbra (NUTS III), as perdas corresponderam a 4,3% e a 5%, respetivamente.	Não
Qualidade ambiental	Melhoria/manutenção da qualidade dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de saneamento de águas residuais	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água	%	Manter ou aumentar 95 (PEASAR)	99	2013	100	INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, 2019	Aumento da proporção de alojamentos servidos por sistemas de abastecimento de água, entre 2013 e 2019. O nível de cobertura reflete os investimentos que têm sido realizados nestas infraestruturas (PO SEUR).	Sim
		Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais	%	Aumentar 90 (PEASAR)	95	2013	98	INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, 2019	Aumento da proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais, entre 2013 e 2019. O nível de cobertura reflete os investimentos que têm sido realizados nestas infraestruturas (PO SEUR).	Sim
		Perdas nos sistemas de abastecimento de água	m³	Diminuir PNA: 30% (2012), 15% (2020)	1.164.066	2013	921.005	INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, 2019	Diminuição de 20,9% das perdas nos sistemas de abastecimento de água, entre 2013 e 2019. Esta melhoria reflete o investimento realizado nestas infraestruturas (PO SEUR).	Sim
		Qualidade das águas para consumo humano (proporção de análises	%	Manter ou aumentar	99,7	2012	100	INE, ERSAR, 2020 / INOVA, EM, Divulgação trimestral do controlo de	Aumento da proporção de análises em cumprimento do valor paramétrico. No 3º trimestre de 2021, 100% das análises realizadas	Sim

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Componente de análise/indicador	Unidade de medida	Meta em documento estratégico	Valor base no município	Ano do valor base	Valor atual do município	Fonte / ano a que se referem dos valores mais recentes	Evolução	Alcance da meta
		em cumprimento do valor paramétrico)		99 (PEAASAR)				qualidade da água – 3.º trimestre de 2021	encontram-se em cumprimento dos valores paramétricos.	
	Proteção dos recursos hídricos subterrâneas e superficiais do concelho	Massas de água superficiais, por classificação do estado/potencial ecológico	Bom e superior; razoável; medíocre; mau	Melhorar	8 – bom; 3 – razoável	2010-2011	4 - bom e superior; 7 - razoável	INE / APA, 2016-2018	<p>Diminuição do número de massas de água com a classificação "bom ou superior", em relação ao triénio 2010-2012.</p> <p>Embora não seja possível aferir as causas destas alterações através do indicador estatístico, importa ter em consideração que o último triénio para o qual existem dados (2016-2018), abrange o período pós-incêndios de 2017 que afetaram uma extensa área do concelho de Cantanhede. Estudos realizados na bacia do Mondego, entre novembro de 2017 e junho de 2018, (no âmbito do projeto RiskAquaSoil) apontam para “o impacto dos incêndios nas características físico-químicas e na qualidade das águas superficiais. Foi verificado um aumento da turbidez, como consequência da grande quantidade de cinzas e sedimentos, que se manteve durante a época de precipitação intensa. (...). Relativamente à qualidade das águas, aquando da comparação com a legislação em vigor sobre água para consumo humano, verificaram-se valores de turbidez acima do legalmente permitido em todos os cursos amostrados, e em múltiplas campanhas.” (Sequeira, M; Tavares, A; Castilho, A; Dinis, P. (2019); “Monitorização dos cursos de água</p>	Não

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Componente de análise/indicador	Unidade de medida	Meta em documento estratégico	Valor base no município	Ano do valor base	Valor atual do município	Fonte / ano a que se referem dos valores mais recentes	Evolução	Alcance da meta
									em cenário de pós-incêndio: Lições do projeto AquaSoil™). Tendo em consideração que o concelho de Cantanhede foi afetado pelos incêndios de 2017, os resultados do indicador poderão refletir os seus impactos nas massas de água superficiais.	
		Água distribuída, por habitante	m ³ /hab	Diminuir ou manter	77,9	2013	96,9	INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, 2019	Aumento da água distribuída, por habitante, entre 2013 e 2019.	Não
	Redução da produção de resíduos e consequente valorização dos resíduos produzidos	Recolha de resíduos urbanos por habitante	kg/hab	Redução 1,4% capitação diária, em 2016, em relação a 2007 (PERSU II)	343	2013	413	INE, Estatísticas dos resíduos urbanos, 2019	Aumento de 20,4% dos resíduos urbanos recolhidos por habitante, entre 2013 e 2019.	Não
		Percentagem de resíduos encaminhados para a recolha seletiva	%	Aumentar	11,6	2013	19,9	INE, Estatísticas dos resíduos urbanos, 2019	Aumento de 99,6% na recolha seletiva, entre 2013 e 2019. Esta melhoria reflete o investimento realizado nestas infraestruturas (PO SEUR).	Sim
		Percentagem de resíduos encaminhados para valorização	%	Aumentar	19,8	2013	72,5	INE, Estatísticas dos resíduos urbanos, 2019	Aumento de 9,9% dos resíduos encaminhados para valorização (energética, orgânica ou multimaterial), entre 2013 e 2019. Esta melhoria reflete o investimento realizado nestas infraestruturas (PO SEUR).	Sim

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Componente de análise/indicador	Unidade de medida	Meta em documento estratégico	Valor base no município	Ano do valor base	Valor atual do município	Fonte / ano a que se referem dos valores mais recentes	Evolução	Alcance da meta
		Capitação dos espaços verdes no município	m ² /hab	Aumentar	73,5	2014	77,9	Município de Cantanhede, PDM, 2021	Aumento da capitação de espaços verdes.	Sim
	Educação ambiental	Evolução do número de participantes em projetos de educação ambiental	N.º	Aumentar	---	---	17	ABAE, 2021 / Quercus, 2021	<p>Embora não tenha sido definido o valor base para o presente indicador, considera-se que o objetivo de sustentabilidade foi cumprido uma vez que têm sido desenvolvidos, de forma contínua, diversos projetos que se alinham com este objetivo, promovidos quer pelo Município quer por outras entidades. Neste âmbito, destacam-se as seguintes atividades / galardões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eco-escolas: 17 escolas participantes no ano letivo 2020/2021 (participação desde 2012/2013) • Eco XXI (desde 2014 a 2021) • Eco Freguesias XXI (galardão atribuído a Ançã, em 2021) • Semana da Proteção Civil • Semana da Floresta • Dia Internacional da Biodiversidade • Semana do Ambiente • Campanha “Cantanhede Recicla” (INOVA, EM) • Bandeira Azul (Praia da Tocha, desde 2015 a 2021) • Praias Qualidade de Ouro 2021 (Ançã, Olhos de Ferrença; Sete Fontes; Palheiro; Tocha) • Praias Qualidade de Ouro 2020 e 2019 (Olhos de Ferrença; Palheiro; Tocha) 	Sim

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Componente de análise/indicador	Unidade de medida	Meta em documento estratégico	Valor base no município	Ano do valor base	Valor atual do município	Fonte / ano a que se referem dos valores mais recentes	Evolução	Alcance da meta
									<ul style="list-style-type: none"> Praias Qualidade de Ouro 2018, 2017 e 2016 (Palheiro; Tocha) Praia Qualidade de Ouro 2015 (Olhos de Fervença) 	
Riscos	Gestão de áreas industriais e a redução da vulnerabilidade de pessoas e bens	Levantamento de áreas de atividade industrial	N.º	Manter ou reduzir	4	2014	4	Município de Cantanhede, 2021	Manutenção do número de áreas de atividade industrial.	Sim
		Monitorização de acidentes decorrentes de atividade industrial	N.º	Manter	0	2014	2	Município Cantanhede, 2021	Ocorrência de 2 incêndios industriais, desde o início da implementação do Plano: ROCA (2018) e GUM Chemical (2021).	Não
		Medidas implementadas dos planos de proteção e gestão de riscos	---	---	---	---	s.i.	s.i.	s.i.	s.i.
	Gestão de risco inundações em solo urbano	Zona inundável em solo urbano	ha	Manter ou reduzir	854	2014	37	Município Cantanhede, 2021	Mantem-se a existência de zonas inundáveis em solo urbano, apesar de menor área.	Sim
		Área edificada e/ou impermeabilizada em zonas de risco de inundação	ha	---	---	3,7		Município Cantanhede, 2021	Existência de 3,7 ha / 36.594,7 m ² de área edificada em zona inundável. Uma vez que não foi quantificada a situação no ano base nem a meta, não é possível estabelecer uma comparação / aferir a evolução. Assim, considerou-se que a situação não terá sido agravada e que foi cumprido o objetivo de sustentabilidade.	Sim
		Edifícios expostos ao risco de inundação	N.º	---	---	---	244	Município Cantanhede, 2021	Existência de 244 edifícios localizados em zona inundável. Uma vez que não foi quantificada a situação no ano base nem a meta, não é possível estabelecer uma comparação / aferir a evolução. Assim, considerou-se que a	Sim

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Componente de análise/indicador	Unidade de medida	Meta em documento estratégico	Valor base no município	Ano do valor base	Valor atual do município	Fonte / ano a que se referem dos valores mais recentes	Evolução	Alcance da meta
									situação não terá sido agravada e que foi cumprido o objetivo de sustentabilidade.	
		Medidas adotadas com vista à prevenção e minimização do risco de cheias ou inundação	N.º e tipo de medidas	---	---	---	---	Município Cantanhede, 2021	Embora não tenha sido definido o valor base que permita aferir a evolução nem meta para o presente indicador, considera-se que o objetivo de sustentabilidade foi cumprido uma vez que têm sido implementadas diversas medidas de prevenção e minimização do risco de cheias ou inundação. Como exemplo, destacam-se os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> • Limpeza e valorização de linhas de água (valas de Ançã, Cantanhede, Bolho, Varziela) • Limpeza e valorização de lagoas 	Sim
	Gestão de áreas de exploração pecuária	Explorações pecuárias	Nº	---	5.304	2009	2.240	INE, Recenseamento agrícola, 2019	Decréscimo de 57,8% do número de explorações com efetivos animais, entre 2009 e 2019. Embora não tenha sido definida uma meta para o presente indicador, considera-se que o objetivo de sustentabilidade foi cumprido uma vez que a diminuição do número de explorações com efetivos animais poderá resultar também em menores impactos ambientais negativos.	Sim
		Explorações agrícolas com instalações estanques de armazenamento de efluentes	Nº	---	462	2009	s.i.	s.i.	Sem informação disponível para aferir a evolução (os resultados do Recenseamento Agrícola de 2019 não apresentam informação sobre este indicador). Em 2009, apenas 17,4% das explorações agrícolas	s.i.

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Componente de análise/indicador	Unidade de medida	Meta em documento estratégico	Valor base no município	Ano do valor base	Valor atual do município	Fonte / ano a que se referem dos valores mais recentes	Evolução	Alcance da meta
									tinham instalações estanques de armazenamento de efluentes.	
		Área ardida no município	ha	Diminuir	165,9	2012	10	INE/ ICNF, DRRF RAA, IFCN RAM, Estatísticas florestais, 2020	Superfície total ardida em 2020 inferior a 2012. No entanto, em 2017, a superfície total ardida correspondeu a 3.496 ha.	Sim
	Preservação e proteção do espaço florestal	Medidas implementadas dos planos de proteção e gestão de riscos	---	---	---	---	---	Portugal 2020, Lista de operações aprovadas, junho de 2021 / PDR 2020, Lista de operações aprovadas / Município de Cantanhede, 2021	<p>Embora não tenha sido definida uma meta para o presente indicador, considera-se que o objetivo de sustentabilidade foi cumprido uma vez que têm sido implementados de diversas medidas relacionadas com a proteção e gestão de riscos. Como exemplo, destacam-se os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal • Vigência do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios 2019-2028 (Edital nº 1197/2018) • Criação e manutenção de faixas de gestão de combustíveis de edificação e vias • Estabilização de emergência no concelho de Cantanhede - Grande incêndio florestal Portunhos – Barcouço (PDR 2020) • Estabilização de emergência do grande incêndio florestal de Cova da Serpe - Quiaios - Concelho de Cantanhede (PDR 2020) • Estabilização emergência pós incêndio (PDR 2020; JF Murtede) • Requalificação Dunar da Praia da Tocha (PO SEUR) 	Sim

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Componente de análise/indicador	Unidade de medida	Meta em documento estratégico	Valor base no município	Ano do valor base	Valor atual do município	Fonte / ano a que se referem dos valores mais recentes	Evolução	Alcance da meta
									<ul style="list-style-type: none"> Intervenções para o controlo da erva-das-pampas (<i>Cortaderia selloana</i>) em Portugal continental (Fundo Ambiental) Projetos de prevenção e controlo de espécies exóticas (Fundo Ambiental) BUPI: o conhecimento dos limites e da titularidade das propriedades é fundamental para que o município possa planear e gerir o seu território, garantindo assim a valorização e desenvolvimento sustentável destes e a qualidade de vida dos munícipes. O projeto tem como objetivos o ordenamento do território; a valorização de recursos; identificação de proprietários e a prevenção de incêndios. Prevenção, Controlo e Erradicação de Espécies Exóticas Invasoras no território da CIM RC (PO SEUR) Apoio para a destruição dos ninhos de vespa velutina (Fundo Florestal Permanente - ICNF) 	
Governança	Avaliar a aderência e satisfação da população aos processos de governança	Grau de satisfação da população aos serviços públicos prestados	%	---	---	---	99	Município de Cantanhede, Relatório sobre o Retorno da Informação do Muncípe 2019	Índice de satisfação global dos serviços de 99%, em 2019. Embora não tenha sido definido o valor/ano base nem meta para o presente indicador, considera-se que o objetivo de sustentabilidade foi cumprido uma vez que existe uma evolução positiva no grau de satisfação dos munícipes, entre 2010 (95%) e 2019	Sim

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Componente de análise/indicador	Unidade de medida	Meta em documento estratégico	Valor base no município	Ano do valor base	Valor atual do município	Fonte / ano a que se referem dos valores mais recentes	Evolução	Alcance da meta
		Adesão da população às campanhas de sensibilização e processos participativos	Nº	---	---	---	237	Município de Cantanhede, Participações em audiências prévias e processos de discussão pública, entre 2016 e 2021	Embora não tenha sido definido o valor/ano base nem meta para o presente indicador, considera-se que o objetivo de sustentabilidade foi cumprido uma vez que, no período em análise, se tem verificado a apresentação de sugestões / comentários da população em processos participativos decorrentes da dinâmica dos IGT (revisões e alterações ao PDM e aos PU de Ançã, Febres, Tocha, PIER Olhos de Fervença, PP da ZI de Febres), documentos estratégicos (PERU da Cidade de Cantanhede), processos RERAE e processos de contraordenações (nota: o valor apresentado corresponde ao somatório de todas as participações).	Sim

Tabela 8. Alinhamento de projetos implementados / em execução com os objetivos de sustentabilidade

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Investimentos realizados ou em execução / fonte de financiamento	Promotor
Emprego e qualificação humana	Promover emprego qualificado no concelho	Ampliação da Zona Industrial de Cantanhede (https://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/noticia/5337/)	Município de Cantanhede
		Ampliação da Escola Técnico-Profissional de Cantanhede	Escola Técnico-Profissional de Cantanhede
		Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PO Centro)	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
		Promoção do Espírito Empresarial da Região de Coimbra (PO Centro)	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
Dinâmica territorial	Promover a gestão territorial e fixação da população no município	Requalificação/Remodelação da EB1 de Cantanhede Sul (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Requalificação/Remodelação da EB2,3 Marquês de Marialva (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Ampliação da EB1 Febres (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Requalificação da antiga escola Primária da Pocariça em Jardim de Infância (PO Centro)	Município de Cantanhede

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Investimentos realizados ou em execução / fonte de financiamento	Promotor
		Remoção de Fibrocimento na Escola Básica Carlos de Oliveira de Febres (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Remoção de Fibrocimento na Escola Básica e Secundária João Garcia Bacelar – Tocha (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Remoção de Fibrocimento na Escola Secundária Lima de Faria, em Cantanhede (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Rede ciclável urbana de Cantanhede (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Requalificação da Rua Marquês de Pombal (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Requalificação da Rua D. Afonso Henriques (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Reabilitação das Antigas Instalações da Ex - ETPC/Casa da Cultura (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Requalificação da Rua Conselheiro Carvalho + Rua das Parreiras (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Requalificação da Rua Joaquim António de Aguiar/Rua do Sequeiro/Rua Saro Negrão (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Requalificação do Bairro Vicentino – Edificado (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Reabilitação do Bairro Vicentino - Espaço Público (PO Centro)	Município de Cantanhede
		Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (PO Centro)	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
		Qualidade ambiental	Melhoria/ manutenção da qualidade dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de saneamento de águas residuais
Ampliação da Rede de Saneamento de Águas Residuais do Concelho de Cantanhede – Subsistema Ançã (PO SEUR)	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM, S.A		
Ampliação da Rede de Saneamento de Águas Residuais do Concelho de Cantanhede – Subsistema Outil (PO SEUR)	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM, S.A		
Ampliação da Rede de Saneamento de Águas Residuais do Concelho de Cantanhede – Subsistema Covões (PO SEUR)	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM, S.A		
Controlo e Redução de Perdas no Sistema de Abastecimento de Água do Concelho de Cantanhede (PO SEUR)	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM, S.A		
Proteção dos recursos hídricos subterrâneas e superficiais do concelho	---		
Redução da produção de resíduos e consequente	Cantanhede Recicla – Ações Materiais (PO SEUR)	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM, S.A	

Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Investimentos realizados ou em execução / fonte de financiamento	Promotor
	valorização dos resíduos produzidos	Cantanhede Recicla – Recolha Seletiva de Biorresíduos (PO SEUR)	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM, S.A
		Cantanhede Recicla - Projetos inovadores de recolha seletiva (PO SEUR)	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM, S.A
	Educação ambiental	Cantanhede Recicla – Ações Imateriais (PO SEUR)	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM, S.A
		Eco-escolas	Agrupamentos de escolas Marquês de Marialva / Lima de Faria / Gândara Mar
		ECO XXI	Município de Cantanhede
		Eco Freguesias XXI (ABAE, galardão atribuído a Ançã, em 2021)	JF Ançã
		Bandeira Azul (galardão atribuído à Praia da Tocha, entre 2015 e 2021)	Município de Cantanhede
Praias Qualidade de Ouro (galardão atribuído a diversas praias, entre 2015 e 2021)	Município de Cantanhede		
Riscos	Gestão de áreas industriais e a redução da vulnerabilidade de pessoas e bens	---	---
	Gestão de risco inundações em solo urbano	Limpeza e valorização de linhas de água (valas de Ançã, Cantanhede, Bolho, Varziela)	Município de Cantanhede
		Limpeza e valorização de lagoas	Município de Cantanhede
	Gestão de áreas de exploração pecuária	---	---
	Preservação e proteção do espaço florestal	Apoio ao funcionamento do Gabinete Técnico Florestal (ICNF - Fundo Florestal Permanente)	Município de Cantanhede
		Criação e manutenção de faixas de gestão de combustíveis de edificação e vias	Município de Cantanhede
		Estabilização de emergência no concelho de Cantanhede - Grande incêndio florestal Portunhos – Barcouço (PDR 2020)	Município de Cantanhede
		Estabilização de emergência do grande incêndio florestal de Cova da Serpe - Quiaios - Concelho de Cantanhede (PDR 2020)	Município de Cantanhede
		Estabilização emergência pós incêndio (PDR 2020)	JF de Murte de
		Requalificação Dunar da Praia da Tocha (PO SEUR)	Município de Cantanhede
Apoio para a destruição dos ninhos de vespa velutina (ICNF - Fundo Florestal Permanente)		Município de Cantanhede	
Intervenções para o controlo da erva-das-pampas (<i>Cortaderia selloana</i>) em Portugal continental (Fundo Ambiental)	Município de Cantanhede		

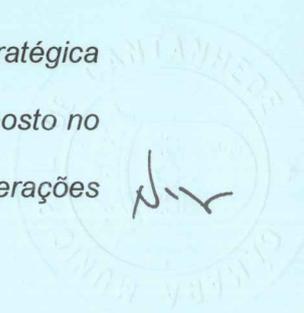
Critério de análise	Objetivo de sustentabilidade	Investimentos realizados ou em execução / fonte de financiamento	Promotor
		Projetos de prevenção e controlo de espécies exóticas (Fundo Ambiental)	Município de Cantanhede
		BUPI	Município de Cantanhede
		Ações inovadoras para a prevenção e gestão de riscos no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
		Plano Intermunicipal de Gestão de Riscos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
		Instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios em Terrenos Não Privados da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
		Prevenção, Controlo e Erradicação de Espécies Exóticas Invasoras no território da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
	Outros	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (PO SEUR)	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
		Reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas – Produção de informação e conhecimento (cartografia) na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (PO SEUR)	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
		Reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas – ações de comunicação e sensibilização na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (PO SEUR)	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
Governança	Avaliar a aderência e satisfação da população aos processos de governança	Região de Coimbra 2.X (PO Centro)	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
		Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos - Capacitação Administração Pública (FSE) (PO Centro)	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
		Formação dos trabalhadores da AP - SATDAP - Formação Profissional para a Administração Pública (PO Centro)	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede
		Formação de públicos estratégicos (PO ISE)	CIM Região de Coimbra / Município de Cantanhede

Fonte: Município de Cantanhede | Portugal 2020, Lista de operações aprovadas a 30 de junho de 2021 | PDR 2020, Lista de operações aprovadas

-----Extrato de parte da ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Cantanhede, realizada no dia 20 de dezembro de 2021 / Ata n.º 25/2021, constante do Livro de Atas n.º 132.-----

----- **32 - RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA**

DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL: O Senhor Presidente da Câmara, em exercício, Dr. Pedro Cardoso, apresentou ao Executivo uma informação prestada em 16/12/2021 pela DU/Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, do seguinte teor: *“O presente documento constitui o Relatório de Avaliação e Controlo (referente a 2021) do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede (PDMC). A 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede (PDMC) foi aprovada na sessão ordinária de 25 de junho de 2015 da Assembleia Municipal de Cantanhede, tendo sido publicada através do Aviso n.º 14904/2015, no Diário da República, 2.ª série, n.º 248, de 21 de dezembro de 2015. Desde a sua entrada em vigor, verificaram-se alguns procedimentos de dinâmica do plano, publicitados através do: a. Aviso n.º 4172/2016: correções materiais do Regulamento da 1.ª Revisão do PDM de Cantanhede; d. Aviso n.º 14826/2017: alteração por adaptação da 1ª revisão do PDM ao Programa de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande; c. Aviso n.º 6512/2018: correções materiais da Carta de Ordenamento — Zonas sujeitas a regimes de salvaguarda da 1.ª Revisão do PDM de Cantanhede; d. Aviso n.º 13153/2019: alteração por adaptação da 1ª Revisão do PDM de Cantanhede; e. Aviso n.º 8595/2021: 2.ª alteração (parcial) à 1ª Revisão do PDM de Cantanhede; No âmbito do processo de revisão do PDMC, este foi sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), da qual resultou uma Declaração Ambiental, em cumprimento do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações*



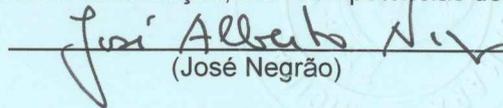
introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente. Neste contexto, o presente documento constitui o Relatório de Avaliação e Controlo (referente a 2021) do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede (PDMC). O relatório que agora se apresenta foca-se na análise da evolução dos indicadores previstos no ponto “v) As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º” da Declaração Ambiental. Tem, ainda, em consideração as orientações constantes da Norma Técnica (NT.AAE.2/2020) da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), referente à “fase de avaliação e controlo em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas” e o “Guia de Melhores Práticas para AAE”. Assim, sugere-se que o presente Relatório de Avaliação e Controlo (referente a 2021) do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede (PDMC), seja remetido para a próxima Reunião de Câmara Pública, a fim de ser aprovado e posteriormente remetido à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).” Em 16/12/2021, o Diretor do Departamento de Urbanismo presta a seguinte informação: “Deve ser presente à PRC.” A Câmara por unanimidade, tendo por base as informações prestadas pelo DU/Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental e pelo Diretor do Departamento de Urbanismo, deliberou: 1) Aprovar o Relatório de Avaliação e Controlo (referente a 2021) do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Cantanhede, de acordo com o preconizado na referida informação; 2) Remeter a presente deliberação à Agência Portuguesa do Ambiente; 3) Dar conhecimento da presente deliberação à Assembleia Municipal. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos.”-----



-----Está conforme o original e respetivo Livro de Atas ao qual me reporto.-----

-----Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de
Cantanhede, aos 27 dias do mês de dezembro de 2021.-----

O Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro,
em regime de substituição, com competências delegadas,


(José Negrão)